



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 86/2020

PROCESSO Nº 08650.022622/2020-06

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO
DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR
INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, E A
EMPRESA GLOCK AMÉRICA S/A**

CONTRATANTE:

Razão Social: DEPARTAMENTO DE POLICIA RODoviÁRIA FEDERAL			
CNPJ/MF: 00.394.494/010441		Ramo de Atividade: Administração Pública Direta	
Endereço: SPO, S/N, Lote 5, Setor Policial Sul			
Cidade: BRASÍLIA	Telefone: 20256700	(61) UF: DF	CEP: 70.610-909
DADOS DO REPRESENTANTE DO DPRF:			
PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA Coordenador-Geral de Administração		Competência designada pelas Portarias nº: 726/MJSP, de 25 de Junho de 2020 Instrução Normativa DG nº 20, de 26 de Outubro de 2020	
RG: 1.671.898 / SSP-RN		CPF: 009.510.084-98	

CONTRATADA:

Razão Social: GLOCK AMÉRICA S/A	
Endereço: Calle Juncal, nº 1392, CEP: 11.000	
CIDADE: Montevideú	PAÍS: Uruguai
RUT (Registro Único Tributário): 21/396232/0018	Banco de Previsón Social: 3.67.4261

REPRESENTANTE DA EMPRESA	
Nome: FRANCO GIAFFONE	
E-Mail: franco@glockdobrasil.com.br	
RG: 13.597.927-4 SSP/SP	CPF: 257.875.238-90

As partes acima especificadas, tendo em vista o que consta no Processo nº 08650.022622/2020-06 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de de pistolas de uso individual, de porte e semiautomáticas Cal 9x19mm, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico e à proposta comercial da contratada, independentemente de transcrição.

Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (US\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (US\$)	Valor Total (R\$)
1	<ul style="list-style-type: none"> GLOCK 17, Gen5 pistola semi-automática: Unidade composta de: 1 GLOCK G17 (Cal. 9x19mm) 2 carregadores com capacidade de 17 cartuchos 2 carregadores extras capacidade de 17 cartuchos Mira Luminosa (GNS Trítio) Partes em Polímero na Cor Coyote 1 municionador rápido 1 kit de limpeza composto de vareta e escova 1 caixa plástica para o armazenamento e transporte 1 manual de instruções em português Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF 	Unidade	3608	450,00	2.375,505	1.623.600,00	8.570.822,04

2	<ul style="list-style-type: none"> GLOCK 26, Gen5 pistola semi-automática: <p>Unidade composta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 GLOCK G26 (cal. 9mm) 2 carregadores com capacidade de 10 cartuchos 2 carregadores extras capacidade de 10 cartuchos Mira Luminosa (GNS Trítio) Partes em polímero na cor preta 1 municionador rápido 1 kit de limpeza composto de vareta e escova 1 caixa plástica para o armazenamento e transporte 1 manual de instruções em português Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF 	Unidade	500	450,00	2.375,505	225.000,00	1.187.752,50
3	<ul style="list-style-type: none"> GLOCK 17P, Gen5 pistola semi-automática: <p>Unidade composta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 GLOCK 17P (Simulacro) 2 carregadores com capacidade de 17 cartuchos Mira Luminosa (GNS Trítio) Partes em polímero na cor vermelha 1 municionador rápido 1 kit de limpeza composto de vareta e escova 1 caixa plástica para o armazenamento e transporte 1 manual de instruções em português Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF 	Unidade	650	450,00	2.375,505	292.500,00	1.544.078,25
TOTAL				U\$ 2.141.100,00		11.302.652,79	

*Cotação do Dólar no valor de R\$ 5,2789

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência da presente contratação é de 12 meses, contados da assinatura do Contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 11.302.652,79 (Onze milhões, trezentos e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200109

Fonte: 0174

Programa de Trabalho: 06.181.5016.2723.0001

Elemento de Despesa: 44.90.52

PI: RF999BP6PST

Nota de Empenho: 2020NE800946

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico;

amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pela autoridade regional da Polícia Rodoviária Federal e pelo representante legal da contratada, para todos os efeitos legais e de direito.



Documento assinado eletronicamente por **Franco Giaffone, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 21:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA, Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 30/12/2020, às 23:44, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **29766967** e o código CRC **A1FDD24A**.



Referência: Processo nº 08650.022622/2020-06



SEI nº 29766967